



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2013

EDITAL

(Processo nº 023.140/12-7)

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 023.140/12-7, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **aquisição de microcomputadores do tipo notebook, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais, para o Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 16/05/2013.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de microcomputadores do tipo notebook, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais, para o Senado Federal, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT E CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas e/ou consórcios de empresas que, por qualquer motivo:

2.3.1 - tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

2.3.2 - tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

2.3.3 - estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;

2.3.4 - estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;



SENADO FEDERAL

2.3.5 - encontrem-se em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário, total do item e global da proposta**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.1 – preço unitário e total dos notebooks expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato;

3.2.2 – preço mensal e total para a prestação de serviços de garantia de funcionamento para os notebooks que deverá ser de 36 (trinta e seis) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida, incluindo manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais e atualizações de *software*, este último, apenas para as estações de trabalho.

3.2.3 – preço global da proposta.

3.3 – A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, vedada a cotação de opção.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

3.4.1 – Prazo de entrega de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

3.4.2 – Prazo de garantia de funcionamento, de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contra defeitos de fabricação ou impropriedades, a contar do recebimento definitivo do objeto, sendo 12 (doze) meses de garantia do fabricante mais 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida,



SENADO FEDERAL

incluindo manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais.

3.4.2.1 - Os serviços de garantia estendida incluem a manutenção corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças e componentes, findo o prazo de garantia do fabricante.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, ou as que desatendam às exigências deste edital.

3.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.8 - A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



SENADO FEDERAL

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do



SENADO FEDERAL

limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br, juntamente com os “folders”, encartes ou catálogos dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas dos mesmos, cujo prazo máximo para atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

10.1.1 - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 04, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

10.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada, que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

10.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XI – DA AMOSTRA

11.1 – O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

11.2 - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, com o número da licitação, o item do objeto, o nome do licitante, seu telefone e endereço, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, na Subsecretaria de Infra-Estrutura Tecnológica do PRODASEN, situada na Via N2, Anexo C do SENADO FEDERAL, Praça dos Três Poderes - Brasília-DF, CEP 70.165-900.

11.3 – O Senado Federal se reserva o direito de aceitar ou não a amostra, independentemente da informação contida na proposta em relação à marca, caso não atenda às especificações técnicas exigidas.

11.4 - Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

11.5 - As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.



SENADO FEDERAL

11.6 - As amostras serão devolvidas na forma em que se encontram, após os testes, sem responsabilidade para o Senado.

11.7 – Será emitido um relatório descrevendo os exames realizados e contendo a aprovação ou não das amostras.

11.8 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

11.9 - PROCEDIMENTOS PARA TESTES DE AMOSTRAS

11.9.1 - Quando da apresentação das amostras para homologação, serão realizados os testes de desempenho e conformidade nas dependências do SENADO/PRODASEN em Brasília.

11.9.2 - Os procedimentos serão realizados com fiscalização de servidor designado pela Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial.

11.9.3 - A responsabilidade pelo fornecimento do programa de teste da bateria será do licitante (<http://www.batteryeater.com>) e deverá ser entregue junto com a amostra.

11.9.4 - Após a finalização dos testes de desempenho, de bateria e homologado o relatório final com o resultado, os programas de avaliação poderão ser removidos do equipamento avaliado.

11.9.5 - Preparação do ambiente e execução do teste de desempenho:

I - Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS, ocupando o espaço máximo disponível;

II - Instalar o Microsoft Windows 7 Ultimate 64 bits, com último Service Pack, em português (Brasil);

III - Desativar o *firewall* do Windows 7, assim como as notificações do *firewall* desativado;

IV - Ativar a execução de conteúdo ativo nas propriedades do Microsoft Internet Explorer;



SENADO FEDERAL

V - Instalar os *drivers* fornecidos pelo fabricante para todos os dispositivos de hardware, como *chipset*, vídeo, som e rede;

VI - Desabilitar as atualizações automáticas do *Windows Update*.

VII - Verificar se todos os dispositivos estão corretamente instalados no gerenciador de dispositivos.

VIII - A resolução da tela deverá estar configurada na resolução nativa do equipamento, com profundidade de cores em 32 bits e 60 Hz de frequência de atualização vertical de tela.

IX - Alterar a memória virtual para o dobro da memória física.

X - Fazer as seguintes alterações em “Opções Regionais” e de “Idiomas” do painel de controle:

XI - Guia “Opções Regionais”, “Padrões e Formatação”, escolher Inglês (Estados Unidos);

XII - Guia “Idiomas”, “Serviços de Texto e Idiomas de Entrada”, “Detalhes”, “Serviços Instalados”, escolher “Inglês (Estados Unidos)”, teclado “Estados Unidos (Internacional)”, removendo os demais teclados.

XIII - Desabilitar proteção de tela.

XIV - Alterar, em “Opções de Energia”, opção para “nunca” desligar.

XV - Desconectar o cabo de rede e reiniciar o equipamento.

XVI - Instalar o Passmark Performance Test v.7.0 64 bits.

XVII - Desfragmentar o disco rígido e reiniciar o equipamento.

11.9.6 - Execução do teste de desempenho:

I - Executar o Passmark Performance Test v.7.0

II - O índice a ser considerado é o CPU Mark, que deverá se igualar ou superar o mínimo exigido em 1.1.1 do Anexo 02 (Especificações Técnicas).

11.9.7 - Procedimentos de testes do Indicador Battery Eater:

I - Instalar o Battery Eater Pro versão 2.70.



SENADO FEDERAL

- II** - Executar uma carga completa da(s) bateria(s) e manter o equipamento conectado à corrente alternada.
- III** - Ajustar as propriedades de Opções de Energia para que o equipamento nunca desligue, hiberne ou entre em espera, tanto para alimentação em corrente alternada como em baterias.
- IV** - Executar o Battery Eater e ajustar para que o teste se inicie ao desconectar a corrente alternada.
- V** - Ajustar as opções do Battery Eater para o modo de benchmark Classic e para criar o gráfico de recarga da(s) bateria(s).
- VI** - Desconectar a alimentação elétrica em corrente alternada e aguarde o equipamento se desligar.
- VII** - Conectar novamente a alimentação em corrente alternada e ligue o equipamento.
- VIII** - Aguardar a geração do gráfico de recarga.
- IX** - O relatório gerado pelo software, assim como os gráficos de descarga e recarga da(s) bateria(s) deverão ser impressos e entregues anexados à proposta.
- X** - Os índices a serem considerados são o tempo de descarga e recarga apontados pelo relatório e pelos gráficos.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a.** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto em quantidade compatível com o da presente licitação, bem como prestou, a contento, serviços



SENADO FEDERAL

de assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1. declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2. declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e
 - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.



SENADO FEDERAL

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 - a não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº



SENADO FEDERAL

10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 - As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.



SENADO FEDERAL

17.3 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 - Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 01 – Termo de Referência;

Anexo 02 – Especificações Técnicas;

Anexo 03 – Minuta de Contrato; e

Anexo 04 – Modelo de Apresentação da proposta.

19.3 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 25 de abril de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2013

(Processo nº 023.140/12-7)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa para o fornecimento de microcomputadores do tipo notebook, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais, para o Senado Federal.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 02 – Especificações Técnicas.
QUANTIDADE	Conforme Anexo 02 – Especificações Técnicas.
CATMAT/CATSER	CATMAT: Item 01 (notebook) – 98191 CATSER: Item 02 (garantia estendida) - 906
JUSTIFICATIVA	Substituição de 18 equipamentos obsoletos, com sérios problemas de reposição de peças para manutenção, com vida útil esgotada, bem como o acréscimo de 22 unidades para atender a novas demandas.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.



SENADO FEDERAL

PREÇO(S) ESTIMADO(S)	Preço Total item 01 R\$ 181.800,00 Preço Total item 02 R\$ 11.596,80 Preço Global R\$ 193.396,80 (cento e noventa e três mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Quarta da minuta de contrato (Anexo 03).
PRAZO DE ENTREGA	De, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 03).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da despesa: 449052 Programa de Trabalho: 059187
LOCAL DE ENTREGA	Dependências do PRODASEN – Via N2 Anexo C do SENADO FEDERAL, Brasília-DF, no Serviço de Administração de Materiais - SAM.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 03).

Brasília, 25 de abril de 2013.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2013

(Processo nº 023.140/12-7)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item 1 – Microcomputador

Quantidade: 40 (quarenta) unidades

1.1.1 - DESEMPENHO:

1.1.1. O equipamento deverá atingir o valor mínimo de *4200 pontos* no índice “Passmark CPU Mark”, obtido com o programa “PASSMARK PERFORMANCE TEST v.7.0 64bits”.

1.1.1.1. Anexar à proposta técnica cópia da página do site <http://www.cpubenchmark.net>, indicando que o processador cotado possui a pontuação solicitada. O índice mostrado no site poderá ser encontrado em diferentes páginas de “CPU CHART” conforme o processador se enquadre nas classes High End, MID Range, LOW to MID, etc.

1.1.1.2. Anexar à proposta técnica relatório gerado pelo software acima. O software deverá ser executado numa amostra do equipamento cotado. Utilizar o seguinte ROTEIRO para obter o CPU Mark do equipamento:

1.1.1.2.1. Formatar o disco rígido do equipamento com um única partição NTFS

1.1.1.2.2. Instalar Windows 7 Ultimate 64 bits em português

1.1.1.2.3. Instalar todos os drivers necessários

1.1.1.2.4. Configurar resolução da tela para a resolução nativa do equipamento



SENADO FEDERAL

1.1.1.2.5. Alterar memória virtual para o dobro da memória física

1.1.1.2.6. Instalar o programa PASSMARK PERFORMANCE TEST v.7.0 64 bits, disponível no site acima

1.1.1.2.7. Desabilitar Firewall do Windows

1.1.1.2.8. Desabilitar Windows Update

1.1.1.2.9. Desabilitar proteção do sistema

1.1.1.2.10. Desconectar o equipamento da rede

1.1.1.2.11. Desfragmentar o disco

1.1.1.2.12. Reiniciar o equipamento

1.1.1.2.13. Executar o software de benchmark (Performance Test)

1.1.1.2.14. Dentro do menu “Tests”, escolher a opção CPU e em seguida “All”

1.1.1.2.15. O índice a ser considerado será o “CPU Mark” da amostra

1.1.1.3. O relatório gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta

1.1.2. O microcomputador deverá ser capaz de executar o sistema operacional Microsoft Windows 7, incluindo a interface **AERO**.

1.2. PROCESSADOR:

Além de atingir o índice de desempenho descrito no item anterior, deverá ser cotado um processador que atenda minimamente as seguintes especificações:

1.2.1. Arquitetura de 64 bits;

1.2.2. Processador com no mínimo 2(dois) núcleos;

1.2.3. Velocidade mínima do CLOCK de 2,80 GHz ou superior;

1.2.4. Memória cachê de 3MB no mínimo

1.2.5. Processo de fabricação de 32nm ou menor;

1.2.6. Suporte a virtualização de CPU e I/O;

1.2.7. Computação nos seguintes modos de operação:



SENADO FEDERAL

1.2.7.1. “32-bit legacy mode” (Aplicativos 32 bits em sistemas operacionais 32 bits),

1.2.7.2. “Compatibility mode” (Aplicativos 32 bits e aplicativos 64 bits em sistemas operacionais 64 bits);

1.2.7.3. “Full 64-bit mode” (Aplicativos 64 bits em sistemas operacionais 64 bits);

1.2.8. Processador em linha de produção, que deverá ficar em vigor por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital. Processadores descontinuados não serão aceitos.

1.3. MEMÓRIA:

Memória RAM de 8 GB (oito gigabytes), do tipo DDR3-1600 ou superior; em dois (2) pentes de 4GB (quatro gigabytes) cada. Os dois pentes de memória deverão ser idênticos e funcionar em modo DUAL-CHANNEL. O equipamento deverá permitir expandir a memória até um máximo de 16 GB, no mínimo, com pentes de memória também do tipo DDR3-1600.

1.4. PLACA PRINCIPAL:

1.4.1. Deverá ser compatível com o processador solicitado obedecendo às seguintes características:

1.4.1.1. Deverá ser do mesmo fabricante do notebook ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo (OEM, homologada pelo fabricante do notebook). Não serão aceitas placas-mãe de livre comercialização no mercado.

1.4.1.2. Deverá possuir chip de segurança integrado, padrão TPM 1.2 ou superior (acompanhado do software para implantação e utilização de todos os recursos de segurança)

1.4.1.3. Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (system bus) compatíveis com o processador e com a memória solicitada;

1.4.1.4. Ser compatível com Windows 7 32 e 64 bits;

1.4.1.5. Possuir BIOS com memória do tipo flash, com atualização remota, livre do “bug” do milênio, funções “PLUG & PLAY”, relógio-calendário;



SENADO FEDERAL

- 1.4.1.6. Capacidade de ativar e desativar o disco de boot através de qualquer unidade suportada, incluindo *boot* por *pendrive* ou disco USB externo;
- 1.4.1.7. Ter recurso de memória DUAL CHANNEL;
- 1.4.1.8. Suportar expansão de memória até 16 GB pelo menos, em 2 slots SODIMM
- 1.4.1.9. Possuir controladora de disco SATA 2 ou superior;
- 1.4.1.10. Capacidade de registro de número de identificação do Senado Federal (ex. nº de patrimônio), com extensão mínima de seis dígitos. Estas informações devem ser recuperadas pelo programa de gerenciamento especificado;
- 1.4.1.11. Capacidade de registro do número de série do fabricante do equipamento;
- 1.4.1.12. Controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicialização do computador e para alteração das configurações da BIOS (supervisor);

1.5. UNIDADES DE ARMAZENAMENTO:

- 1.5.1. Possuir Leitor de cartão SD/MMC integrado ao gabinete;
- 1.5.2. Unidade de disco rígido com as seguintes características mínimas:
 - 1.5.2.1. Capacidade mínima de 500 GB (quinhentos gigabytes) de espaço real (sem utilização de compactadores de disco);
 - 1.5.2.2. Tecnologia SATA-IO Serial ATA-2 de 300 MB/s (3Gbps) ou superior;
 - 1.5.2.3. Velocidade de rotação mínima de 7.200 rpm;
 - 1.5.2.4. Cache mínimo de 8MB
 - 1.5.2.5. Proteção ativa contra impactos e movimentos bruscos, quando em funcionamento;
 - 1.5.2.6. Possuir tecnologia de pré-falha S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology).;
- 1.5.3. Unidade de Leitura/gravação de DVD (DVD/RW), integrada ao gabinete, com as seguintes características mínimas:



SENADO FEDERAL

1.5.3.1. Possuir velocidades mínimas de gravação de 4X DVD+R, 2.4X DVD+RW, 4X DVD-R, 2X DVD-RW, 2X DVD+R DL (*Dual Layer*), 24X CD-R e 10X CD-RW;

1.5.3.2. Ter compatibilidade com os padrões DVD+/-R, DVD+/-RW, DVD+R DL (*Dual Layer*), DVD-ROM, CD-R, CD-RW e CD-ROM.

1.5.3.3. Estar acompanhada de programas, de gravação / regravação de CD e de DVD, compatível com WINDOWS 7;

1.6. CONTROLADORA DE VÍDEO:

1.6.1. Integrada ou PCI Express Mini Card, com memória mínima de 256 (duzentos e cinquenta e seis) Megabytes de memória dinâmica, compartilhada ou não com a memória RAM do sistema;

1.6.2. Possuir suporte a DirectX 11 ou superior.

1.7. MONITOR INTEGRADO:

1.7.1. Display com tecnologia TFT LCD do tipo matriz ativa, 16 (dezesesseis) milhões de cores, formato widescreen;

1.7.2. Tamanho mínimo, na diagonal, de 13 polegadas e no máximo de 14,2 polegadas com iluminação traseira do tipo LED com tratamento anti-reflexivo (não serão aceitas adaptações ou películas anti-reflexivas);

1.7.3. Suportar a resolução nativa WXGA ou WXGA+;

1.7.4. Ter compatibilidade com padrão EPA "ENERGY STAR";

1.7.5. Ter controle para brilho;

1.7.6. Emissão de Radiação padrão TCO-99 ou superior, ou aderente aos seguintes padrões: EPEAT na categoria Gold, Energy Star, RoHS e IEC 60950;

1.7.7. Suportar resolução nativa de 1366x768 pixels (mínima), na frequência de refresh de 60Hz, 32bits (True Color)

1.7.8. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela do notebook e em equipamento externo (TV, monitor, projetor, etc), através do conector VGA (DB15) ou DVI ou porta HDMI ou DisplayPort, exigidos no equipamento.

1.8. COMUNICAÇÃO:



SENADO FEDERAL

1.8.1. Possuir interface de rede sem fio com as seguintes características:

1.8.1.1. Interna em SLOT padrão "PCI-EXPRESS MINICARD" ou "PC CARD" atendendo ao padrão 802.11 b/g/n ou superiores;

1.8.1.2. Antena, WI-FI de dupla-banda (DUAL-BAND) integrada ao gabinete;

1.8.1.3. Estar acompanhada de todos os programas e "DRIVERS" necessários à implementação das tecnologias de criptografia WEP 64 e 128 bits, e autenticação WPA e WPA2, com mecanismos de segurança móvel baseada na arquitetura IEEE 802.1x/EAP – EAP/TLS, PEAP e RADIUS;

1.8.1.4. Não serão aceitos dispositivos do tipo USB, PCMCIA, EXPRESS CARD ou similares;

1.8.2. Possuir interface integrada Bluetooth V3.0 ou superior;

1.8.3. Interface de rede local Ethernet com as seguintes características:

1.8.3.1. Integrada LAN 10/100/1000 Mbps ou superior, "AUTOSENSING", com interface UTP RJ45 fêmea;

1.8.3.2. Suporte a PXE (*"Pre-Boot Execution Environment"*);

1.8.3.3. LEDS indicadores de atividade de rede;

1.8.3.4. Cabo para conexão à rede, com conector do tipo RJ45;

1.8.3.5. Não serão aceitos dispositivos do tipo USB, PCMCIA, EXPRESS CARD ou similares.

1.9. CONEXÕES EXTERNAS MÍNIMAS INTEGRADAS:

1.9.1. Pelo menos 3 (três) portas padrão USB (Universal Serial Bus), sendo no mínimo uma USB 3.0, e as demais USB 2.0 pelo menos, não sobrepostas

1.9.2. Pelo menos uma das portas USB deverá possuir a característica de poder carregar um dispositivo externo USB, mesmo com o notebook desligado (*"Sleep-and-charge USB port"*)

1.9.3. Possuir pelo menos 1 (um) *slot* Express Card ou PC-CARD/PCMCIA Tipo I e II, livre;



SENADO FEDERAL

1.9.4. Pelo menos 1 (um) conector para monitor de vídeo externo dentre os tipos VGA, DVI, HDMI ou DisplayPort;

1.9.4.1. Se possuir conector DVI ou HDMI ou DisplayPort, fornecer cabo de conexão, com conversor para conexão VGA, para possível utilização de um projetor VGA;

1.9.5. Pelo menos 1 (uma) tomada para microfone ou microfone integrado;

1.9.6. 1 (uma) tomada de saída de áudio;

1.9.7. 1 (uma) tomada RJ-45 para Ethernet;

1.9.8. 1 (uma) porta e-SATA 3Gbps (SATA-2) ou superior, podendo ser USB/e-SATA Combo

1.10. GABINETES, SOM, ACESSÓRIOS, DISPOSITIVOS ADICIONAIS E OUTRAS CARACTERÍSTICAS:

1.10.1. Possuir teclado com acentuação na língua portuguesa, incluindo a cedilha e caracteres especiais, com no mínimo 82 teclas, teclado numérico embutido e total compatibilidade com o padrão ABNT II;

1.10.1.1. Deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II.

1.10.1.2. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado

1.10.2. Possuir dispositivo apontador integrado ao gabinete do tipo TouchPad;

1.10.3. Fornecer 1(um) mini mouse ótico para NOTEBOOK com conexão USB ou Wireless, do mesmo padrão de cor do gabinete;

1.10.4. Possuir gradação da cor preta ao cinza, uma cor ou combinação dessas;

1.10.5. Sistema de ventilação, monitorado pela BIOS, dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de dez horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado;

1.10.6. Botão de liga/desliga e luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (power-on);



SENADO FEDERAL

- 1.10.7. Possuir espessura máxima de 35(trinta e cinco) mm e volume máximo de 3000 (três mil) cm³;
- 1.10.8. Peso máximo de 2,5 Kg (dois quilos e quinhentos gramas), com a bateria principal montada, especificada no item 1.11.2, HD, unidade de Leitura/gravação de DVD;
- 1.10.9. Possuir dispositivo de som estéreo integrado, com caixas de som embutidas no gabinete do equipamento;
- 1.10.10. Possuir microfone integrado ou fornecer microfone externo;
- 1.10.11. Possuir câmera integrada (webcam) com resolução mínima de 720 linhas (HD);
- 1.10.12. Fornecer maleta de couro, com dimensões compatíveis ao equipamento cotado, capaz de transportá-lo junto com seus acessórios;

1.11. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

- 1.11.1. Possuir fonte de alimentação bi volt automática de 100-240 volts;
- 1.11.2. Possuir bateria recarregável do tipo Íon de Lítio (Lithium Íon) com as seguintes especificações mínimas:
 - 1.11.2.1. Bateria do mesmo fabricante do notebook (ou homologada pelo fabricante do notebook) e compatível com o equipamento especificado;
 - 1.11.2.2. Autonomia mínima de operação de 2,0 (duas) horas comprovada pelo software Battery Eater no modo Classic, conforme procedimento descrito no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** O relatório gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta;
 - 1.11.2.3. Caso o equipamento possua conector especial para bateria adicional, será permitido ao licitante o fornecimento de uma bateria suplementar à bateria principal, para complemento da capacidade de funcionamento ininterrupto total de 2,0 horas, nos mesmos moldes descritos no item anterior. O peso desta bateria adicional, **não será** considerado para efeito de cálculo do peso máximo descrito em 1.10.8;
 - 1.11.2.4. Tempo de recarga máximo de 3,5 horas (três horas e meia) com o notebook desligado, comprovada



SENADO FEDERAL

pelo software Battery Eater, conforme procedimento descrito no item 11.9 da minuta de edital. O relatório gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta;

1.12. REQUISITOS DE SEGURANÇA.

- 1.12.1.** Possuir 1 (um) leitor biométrico integrado para leitura de impressão digital com fornecimento de programa para operação;
- 1.12.2.** Possuir orifício para conexão de cabo de segurança tipo “Kensington” ou equivalente;
- 1.12.3.** Fornecer cabo de segurança tipo “Kensington” ou equivalente, com ou sem dispositivo de alarme;
- 1.12.4.** Possuir chip de segurança *onboard*, no padrão TPM – Trusted Platform Module, versão 1.2, ou superior, incluindo o utilitário de gerenciamento e controle homologado pelo fabricante do equipamento;
- 1.12.5.** Além do chip TPM e do leitor biométrico, deverá ser fornecido software para utilização do referido leitor, que autentique o usuário através de leitura de sua digital, como segunda alternativa para fazer login no sistema operacional (além da senha convencional).
- 1.12.6.** Certificação FCC classe B ou similar nacional expedida pelo INMETRO;
- 1.12.7.** Certificação emitida por órgão credenciado pelo INMETRO ou similar internacional, que comprove que o equipamento está em conformidade com a norma UL 60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.
- 1.12.8.** O equipamento em pleno funcionamento, inclusive com a unidade leitora de mídia ótica em atividade, deve observar a norma NBR 10152, quanto à emissão de ruído ambiente em Escritórios de atividades diversas, conforme laudo técnico gerado por entidade especializada, que deverá acompanhar a proposta.

1.13. REQUISITOS DE GERÊNCIA REMOTA.

- 1.13.1.** Todos os equipamentos deverão ser gerenciáveis remotamente.



SENADO FEDERAL

1.13.2. Os equipamentos adquiridos deverão ser compatíveis com a solução de gerência remota centralizada adotada no SENADO FEDERAL, baseada nos produtos Microsoft Windows Server 2008, Microsoft SQL Server 2008 R2 e *Symantec Altiris™ Client Management Suite* versão 7.1.

1.13.3. Todos os equipamentos deverão suportar, no mínimo, as funções de gerenciamento remoto descritas a seguir, assumindo-se que possam estar desligados, porém energizados (bateria com carga disponível ou conectados à rede elétrica) e conectados à rede de dados (cabeadas ou wi-fi).

1.13.3.1. Permitir ligar e desligar o notebook remotamente, inclusive em horários programados;

1.13.3.2. Possuir a capacidade de inventário remoto de hardware mesmo com o equipamento desligado;

1.13.3.3. Permitir a visualização remota do número de série da placa-mãe, memória, processador e disco e informações editáveis pelo usuário (patrimônio), mesmo com sistema operacional inoperante;

1.13.3.4. Permitir inicialização remota a partir de imagem, CD-ROM ou disquete instalado na console de gerência, com acesso remoto das telas de inicialização (redirecionamento de console);

1.13.3.5. Permitir acesso remoto ao POST (procedimento de inicialização) e BIOS do notebook para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado;

1.13.3.6. Deverá permitir acesso remoto ao notebook por intermédio de interface gráfica, com controle remoto do vídeo, mouse e teclado, independente do sistema operacional instalado e do suporte de aplicações locais;

1.14. SISTEMA OPERACIONAL E PROGRAMAS:

1.14.1. Será obrigatória a apresentação de todos os “drivers” e programas necessários ao funcionamento dos componentes dos equipamentos, acompanhados de mídia original do fabricante e instruções de instalação.;

1.14.2. Manuais de instalação e operação do NOTEBOOK;

1.14.3. Os equipamentos deverão ser fornecidos com o sistema operacional "**WINDOWS 7 ULTIMATE**", em OEM ou não, nas seguintes condições abaixo especificadas:



SENADO FEDERAL

- 1.14.3.1.** Disponibilização da versão 64 bits, em português do Brasil, com o último “Service Pack” disponível;

1.15. REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO:

- 1.15.1.** É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês e/ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam atestar as características técnicas.
- 1.15.2.** Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sites da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados para laboratório especializado.

1.16. REQUISITOS DE COMPATIBILIDADE:

- 1.16.1.** Todos os componentes, “drivers” e programas deverão ser compatíveis entre si e com o sistema operacional Windows 7 Ultimate 64 bits, em português, da Microsoft.

1.17. OUTROS REQUISITOS:

- 1.17.1.** Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação/homologação.
- 1.17.2.** Caso o componente não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificações técnicas do componente fora de linha.
- 1.17.3.** O fabricante do equipamento garante que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias. Deverá ser apresentada declaração do fabricante, junto com a Documentação Técnica.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2013

(Processo nº 023.140/12-7)

ANEXO 03

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a **aquisição de microcomputadores do tipo notebook, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais, para o Senado Federal.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) _____ e (____) ____-____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, Cl. _____, expedida pela _____, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 054/2013, homologado pela Senhora Diretora-Geral _____, às fls. ____ do Processo nº 023.140/12-7, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **aquisição de microcomputadores do tipo notebook, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais, para o Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA E DO ACEITE



SENADO FEDERAL

Os equipamentos serão entregues pela CONTRATADA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A entrega dos equipamentos se realizará nas dependências do PRODASEN – Via N2 Anexo C do Senado Federal, Brasília – DF, no Serviço de Administração de Materiais – SAM.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Procedimentos para padronização e aceite dos microcomputadores (notebooks):

I - A CONTRATADA poderá em substituição a amostra deixada em consignação junto ao Senado Federal, encaminhar ao PRODASEN um notebook da configuração contratada (cabeça de série), antes da fabricação em definitivo de todo o lote, para o aceite técnico prévio das configurações e preparação, pela equipe técnica do PRODASEN, da instalação de Sistema Operacional e aplicativos a serem replicados em Fábrica (instalação padrão);

II - A “Instalação Padrão” será configurada pelo PRODASEN, com a finalidade de geração de uma ou mais imagens a serem instaladas pela licitante, no procedimento de fabricação. Esse procedimento será detalhado em documento a ser elaborado pelas equipes técnicas do PRODASEN e da licitante. As licenças de uso de software diferentes do exigido serão de responsabilidade do PRODASEN;

III - A CONTRATADA será responsável pela integração das informações de tombamento e identificação dos micros, inclusive alimentação de dados em BIOS e áreas de DMI das máquinas, conforme instruções fornecidas pela equipe do PRODASEN e corroboradas pela equipe do fabricante;

IV – A CONTRATADA deverá fornecer listagem, em meio magnético, contendo o número de série do notebook versus o número do. “Certificate Of Authenticity” (COA), nele afixado, referente ao sistema operacional descrito anteriormente;

V – A CONTRATADA deverá fornecer mídia de recuperação em DVD, contendo a “instalação padrão” preparada pelo Senado Federal, por intermédio do PRODASEN, uma por notebook, com a finalidade de restauração da instalação inicial em caso de problemas; (DVD de Recuperação).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O prazo de garantia de funcionamento dos equipamentos é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sendo 12 (doze) meses de garantia do fabricante e 24 (vinte e quatro) meses de garantia de funcionamento (incluindo manutenção corretiva com fornecimento de peças novas e originais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante o prazo de garantia de funcionamento (24 meses) a CONTRATADA prestará serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus adicional para o Senado Federal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso da CONTRATADA subcontratar os serviços de assistência técnica, sendo ou não a fabricante do notebook, torna-se obrigatória a apresentação do Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica com a empresa subcontratada, registrado em cartório, quando da assinatura do Contrato, bem como comprovar que a empresa subcontratada é Certificada, pelo fabricante dos notebooks, em prestar serviços de assistência técnica em sua linha de produtos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a CONTRATADA venha a substituir a prestadora dos serviços de assistência técnica por outra, esta deverá manter as mesmas condições da empresa substituída bem como apresentar a mesma documentação exigida acima.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA prestará a assistência técnica em Brasília (DF), durante o prazo de garantia, independentemente da localização de sua sede.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer serviço de suporte e abertura de chamado técnico via “site” da internet e/ou fac-símile e/ou e-mail e/ou telefone, durante o prazo de garantia dentro das seguintes condições.

PARÁGRAFO SEXTO - O horário do atendimento: De 8h (oito horas) as 18h (dezoito horas); em dias úteis (5d x 10h).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O início do atendimento: Até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação feita pelo Senado Federal.

PARÁGRAFO OITAVO - O término do atendimento: não poderá ultrapassar o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da solicitação feita pelo SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO NONO - Caso o reparo não possa ser concluído no prazo acima especificado, o notebook ou seu módulo defeituoso deverá ser substituído por outro idêntico, de forma a garantir, findo o referido prazo, que o usuário tenha o notebook em perfeitas condições de uso.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Todas as solicitações serão registradas pelo SENADO e pela CONTRATADA, com objetivo de acompanhamento e controle da execução do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A CONTRATADA, mensalmente, apresentará um Relatório de Visita contendo data, hora de chamada, início e término do atendimento, identificação do módulo defeituoso, as providências adotadas e as informações pertinentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Durante o prazo de garantia de funcionamento (24 meses), a CONTRATADA deverá substituir o equipamento instalado, por um novo, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, nos seguintes casos:

I - Ocorrência de 4 (quatro) ou mais defeitos que comprometa o seu uso normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias consecutivos;

II - Correção ou substituição de peças defeituosas não efetuadas, no máximo, dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data do início do atendimento;

III - Se a soma dos tempos de paralisação do equipamento ultrapassar 80 (oitenta) horas, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias consecutivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os notebooks somente poderão ser retirados das dependências do SENADO para execução dos serviços de manutenção, em laboratório próprio da CONTRATADA, com prévia autorização, por escrito, do Gestor do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Por motivos de segurança das informações, nos casos de falhas e/ou substituição de discos rígidos (HDs) dos notebooks, a CONTRATADA deverá substituir o disco rígido (HD) defeituoso por um novo, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O disco rígido defeituoso ficará em consignação no SENADO, por um período de até 15 dias, para limpeza e recuperação de seus dados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os equipamentos poderão ser utilizados em outros locais fora do ambiente do SENADO, sem prejuízo da garantia de funcionamento (24 meses) prevista.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O SENADO reserva-se o direito de proceder à conexão ou instalar dispositivos de hardware e aplicativos de software adicionais nos equipamentos, de outros fornecedores ou fabricantes, sem que isto constitua motivo para a CONTRATADA se desobrigar da garantia de funcionamento dos equipamentos (24 meses).

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

- Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;
- Cópia do Contrato Social da empresa;
- Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a Contratada zelar rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA tomará as providencias cabíveis e responsabilizar-se-á pelo pleno atendimento, por parte das empresas subcontratadas, às determinações do Projeto Básico, do Contrato e documentos relacionados;

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá comprovar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 12.1; 12.2; subitem 12.3.1; letra “b” do subitem 12.3.2; 12.3.3; letras “a.1” e “a.2” do subitem 12.3.4 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir de comum acordo com o SENADO, a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - É vedada a subcontratação da totalidade dos serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitido em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	un	40	Notebooks		

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor mensal (R\$)	Valor total (R\$)
2	mês	24	Garantia Estendida (24 meses, a partir do 13º mês após o aceite definitivo)		

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento dos equipamentos será feito por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei 8.666/1993, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da Nota de Empenho, ficando condicionado o pagamento à prévia atestação do gestor e à apresentação da garantia prevista na cláusula décima.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento da garantia estendida será feito mensalmente por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, a partir do 13º mês da emissão do Termo de Recebimento definitivo, no prazo de 09 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da Nota de Empenho e



SENADO FEDERAL

do termo circunstanciado emitido previamente pelo Gestor do contrato, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

PARÁGRAFO QUARTO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades previstas no art. 87 da Lei 2º 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUINTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável para os equipamentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O preço dos serviços de garantia estendida poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do término do período de garantia de fábrica, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a **variação do índice pactuado entre a data do fim da garantia de**



SENADO FEDERAL

fábrica e os 12 meses que se seguirem, sendo que os reajustes subseqüentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

I. para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

II. quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra 'I' for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 059187 e Natureza de Despesa 449052, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____, de _____ de _____ de 20__.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



SENADO FEDERAL

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de recebimento de sua via do contrato assinado pelas partes, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I . advertência;

II. multa;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados por prazo de até 2 (dois) anos;



SENADO FEDERAL

IV. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo das sanções aplicadas com base nos incisos anteriores III e IV.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V do *caput* desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** – apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar na execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima, bem como a não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Quarto da cláusula Sexta, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO OITAVO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula décima deste contrato.

PARÁGRAFO NONO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

- I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou
- II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, de de 20__

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

**TESTEMUNHAS:
DIRETOR**

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2013

(Processo nº 023.140/12-7)

ANEXO 04

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$).	Valor total (R\$)
1	un	40	Notebooks		
Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor mensal (R\$).	Valor total (R\$)
2	mês	24	Garantia Estendida (24 meses, a partir do 13º mês após o aceite definitivo)		
Valor Global da proposta: R\$					



SENADO FEDERAL

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.